



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00065

Brasília, 21 de junho de 2017.

Objetivo da reunião: 19ª REUNIÃO CGI
Horário e local: 15 h - Sala 6 e 7 do auditório
Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Cleberon José Rocha	MAGISTRADO	SG
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETARIO	SPO
Antonio Carlos de Sousa Costa	SUBSECRETARIO	SUPES
Lucio Castelo Branco	SECRETARIO	SAE
William Santos	CHEFE DE GABINETE	GAB-SG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Cintia da Silveira Lima	ASSESSOR-CHEFE	ASCOM
Jaqueline Aparecida Correia de Mello	SECRETARIO	SCE
Jesse Andros Pires de Castilho	SECRETARIO	SCI
Misael Guerra Pessoa de Andrade	SECRETARIO	SAD
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
Denise Guimaraes Tangari	SECRETARIO	SCG
Cristiane Meireles Ortiz	SUPERVISOR DE SETOR	OUVIDORIA
Jean Carlo Batista de Oliveira	Subsecretário de Políticas de Gestão de Pessoas	SUPEC
Silvana Conceição Dias Soares	Subsecretaria	SUEST

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Edimilson Cavalcante de Oliveira	Subsecretário de Modernização da Gestão	SUMOG
Nilson Sousa de Olivindo	Subsecretário	SUSED
Fabio Costa Oliveira	Assessor A	ASESP-SG
Cleide Sousa de Oliveira	Chefe de Gabinete	GAB-DG
Roberta Bastos Cunha Nunes	Assessora Especial	ASESP-DG
Leonardo Oliveira	Assessor	ASTEC-IGI
Marcos Teixeira	Chefe da Seção de Gestão de Projetos	SEGESP
Marcos Kronenberger	Chefe do Setor de Análise de Dados	SEG
Hayane Vilar Rezende Leal	Assistente III	SUEST

Pauta

1. Acompanhamento dos projetos estratégicos nacionais

Após a leitura da pauta pelo Dr. Cleberson José da Rocha, Secretário-Geral do CJF, o Secretário da Secretaria de Estratégia e Gestão - SEG, Ivan Gomes Bonifácio apresentou um gráfico com a situação geral dos projetos estratégicos nacionais. Em seguida foram apresentados os referidos projetos que tem como gestor ou gerente servidores do Conselho, conforme slides em anexo. Em relação ao projeto Implantação dos Sistemas Eletrônicos de Gestão Integrados - SEGI, foi informado pelo Secretário da SEG, Ivan Bonifácio, que para a finalização do projeto está faltando, apenas, a integração de dados via web, mas estão encontrando dificuldades para esta fase final de implantação, que devem ser superados em até 30 dias. A Diretora-Geral, Dra. Eva Maria Ferreira Barros solicitou que, caso não seja possível a integração neste momento, os dados referentes a situação das varas sejam informados manualmente. Quanto ao Projeto PJe, foi informado pelo Secretário da Secretaria de Estratégia e Gestão - SEG, Ivan Gomes Bonifácio, que foi noticiado a assinatura do Termo de Cooperação entre a TNU e o TRF4 para utilização do e-proc, mas esta decisão não afetou o desenvolvimento do projeto nas regiões da JF que mantém o propósito de implantação do Projeto. Foi destacado que o custo do projeto com recursos oriundos da ação orçamentária específica para o PJe de 2014 até a presente data, foi de cerca de cinco milhões e que já foram ajuizados aproximadamente cerca de cento e setenta mil processos, Na 1ª Região, praticamente 100% das unidades judiciais já usam o PJe no 1º Grau de jurisdição comum. Já na 3ª Região, 80% das unidades judiciais usam o PJe no 1º Grau e na 5ª Região também 100% das unidades de 1º grau (com exceção do JEF) já utilizam o PJe. Foi destacado, ainda, que a recente criação do Grupo de Desenvolvedores, formado por servidores da JF, está permitindo corrigirmos defeitos no PJe sem ter que aguardar as providências do CNJ. Quanto ao Projeto Carta de Serviços, ainda não há ações concretas desenvolvidas. O Secretário-Geral do CJF, Dr. Cleberson José Rocha, se prontificou a participar da reunião a ser realizada por videoconferência, proposta pela Assessora de Comunicação, Cintia Lima, com as assessorias de comunicação dos tribunais, para rever o escopo e estabelecer parcerias para o

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

desenvolvimento do projeto. Além disso, o Secretário-Geral salientou a importância desse projeto visto o CJF ser um órgão sistêmico e essa demanda ser uma exigência do Tribunal de Contas da União - TCU. Quanto ao projeto Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de servidor da Justiça Federal, o gestor do projeto, Jean Carlo Batista de Oliveira, informou que o projeto encontra-se em desenvolvimento e que estão atuando fortemente, já produziram alguns produtos como a minuta de resolução, padrão de entrevistas de ingresso e desligamento. A Diretora-Geral, Dra. Eva Maria Ferreira Barros, está estudando o projeto e informou que os produtos serão apresentados na próxima reunião do CGI. O gestor explicou que estes produtos fazem parte da primeira etapa do projeto, para o desenvolvimento da segunda etapa, devido a sua importância e dificuldade em desenvolvê-la, poderá ser abeto um novo projeto em 2018 ou ajustado o cronograma. Sobre o projeto Novas Demandas da JF: adequação da estrutura de cargos da área judiciária, a proposta inicial era do cancelamento do projeto. Entretanto, após discussões o projeto não foi cancelado, devido a importância do tema para a Justiça Federal, sendo acatada a proposta da Secretária do Centro de Estudos Judiciários, Jaqueline Mello, para que seja revisto o escopo do projeto e que se faça fomento de pesquisa a respeito desse tema. Sobre o projeto Uniformização de Sistemas Informatizados foi recusada a proposta feita pelo Secretário de Tecnologia da Informação, André Chiaratto, de finalizar o projeto, pois a Diretora-Geral ponderou que não houve nenhum sistema nacional deliberado pelo COGEST (PJe e SGRH) e sugeriu que a gestão do referido projeto, após a alteração do escopo, não fique na STI, mas sim na alta administração. Foi proposto que seja revisto o escopo para que sejam feitos os ajustes necessários. Sobre o projeto Contratações conjuntas de TI, o Secretário de TI, André Chiaratto, informou que estão previstas três contratações para 2017, sendo elas: serviço de impressão coordenado pelo CJF, subscrição de banco de dados PostgreSQL coordenado pelo TRF1, software Adobe coordenado pelo TRF3. Recentemente o TRF5 demonstrou interesse em coordenar a contratação de software de virtualização, portanto serão realizadas 04 contratações conjuntas em 2017. O Secretário de TI dará conhecimento das contratações ao COGEST. Quanto ao projeto Nivelamento da infraestrutura de Tecnologia da Informação o Secretário de TI, informou que em 2016, devido à restrição orçamentária, não houve ações concretas desenvolvidas e que em 2017, os Tribunais ao elaborar o plano de trabalho baseado na Política de Nivelamento, encontraram dificuldades no levantamento de informações, motivo pelo qual foi acordado a revisão da referida Política. Sobre o Projeto de Pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal, a Secretária do Centro de Estudos Judiciários, Jaqueline Aparecida Correia de Mello, informou que o projeto está bem encaminhado e que cada tribunal está fazendo a coleta de dados e as encaminhará, até o dia 29 de junho, por meio de planilha. Quanto ao Programa de Sustentabilidade o Secretário da SAD, Misael Guerra Pessoa de Andrade informou que o escopo do projeto consiste em divulgar as boas práticas e a obtenção de dados na base do CNJ. O próximo passo será a elaboração do Plano de Projeto.

2. Aprovação do Glossário de Metas do CJF

Foi apresentado o Glossário de Metas 2017 do CJF com a leitura das 19 metas. O Secretário de Tecnologia da Informação, André Chiaratto, propôs que seja alterado o percentual da Meta 14 para 90% (Atingir, até 2019, 90% de satisfação dos usuários de TI), a proposta foi aceita e a meta alterada. Com as alterações propostas o Glossário ficou aprovado.

3. Aprovação do Portfólio e dos gerentes e gestores de projetos estratégicos do CJF

Foi apresentado o Portfólio de Projetos, conforme slides em anexo, com os gerentes e gestores. Foi solicitado pela Diretora-Geral, que seja apresentado um ou dois projetos na próxima reunião do CGI. O Secretário de Controle Interno propôs que seja o projeto Sistema

informatizado de controle interno. Além disso, foi solicitado que a Secretaria de Estratégia e Governança encaminhe ao CGI o Relatório de acompanhamento dos projetos.

4. Apresentação do Projeto Estratégico Centro de Memória

A Secretária do Centro de Estudos Judiciários, Jaqueline Mello, apresentou o Projeto Estratégico Centro de Memória, conforme slides em anexo. Na oportunidade foi avaliado que o projeto não tem alinhamento estratégico, assim não pode ser considerado um projeto estratégico. No entanto, devido a sua importância, ele será inserido no módulo SEI de gerenciamento de projetos e acompanhado como um projeto interno.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Apresentar os produtos do projeto Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de servidor da Justiça Federal, tais como: a minuta de resolução, padrão de entrevistas de ingresso e desligamento	SGP	28/06/2017
2.1	Encaminhar à SEG o texto com a alteração da Meta 14.	STI	16/06/2017
3.1	Apresentar a proposta de reestruturação do Controle Interno do CJF.	SCI	28/06/2017
3.2	Encaminhar ao CGI o Relatório de acompanhamento dos projetos	SEG	16/06/2017
3.3	Encaminhar ao GOGEST, para aprovação da alteração do escopo do projeto Novas Demandas da JF: adequação da estrutura de cargos da área judiciária	SGP	
3.4	Encaminhar ao GOGEST, para aprovação da alteração do escopo do Projeto de Pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal	SCE	

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

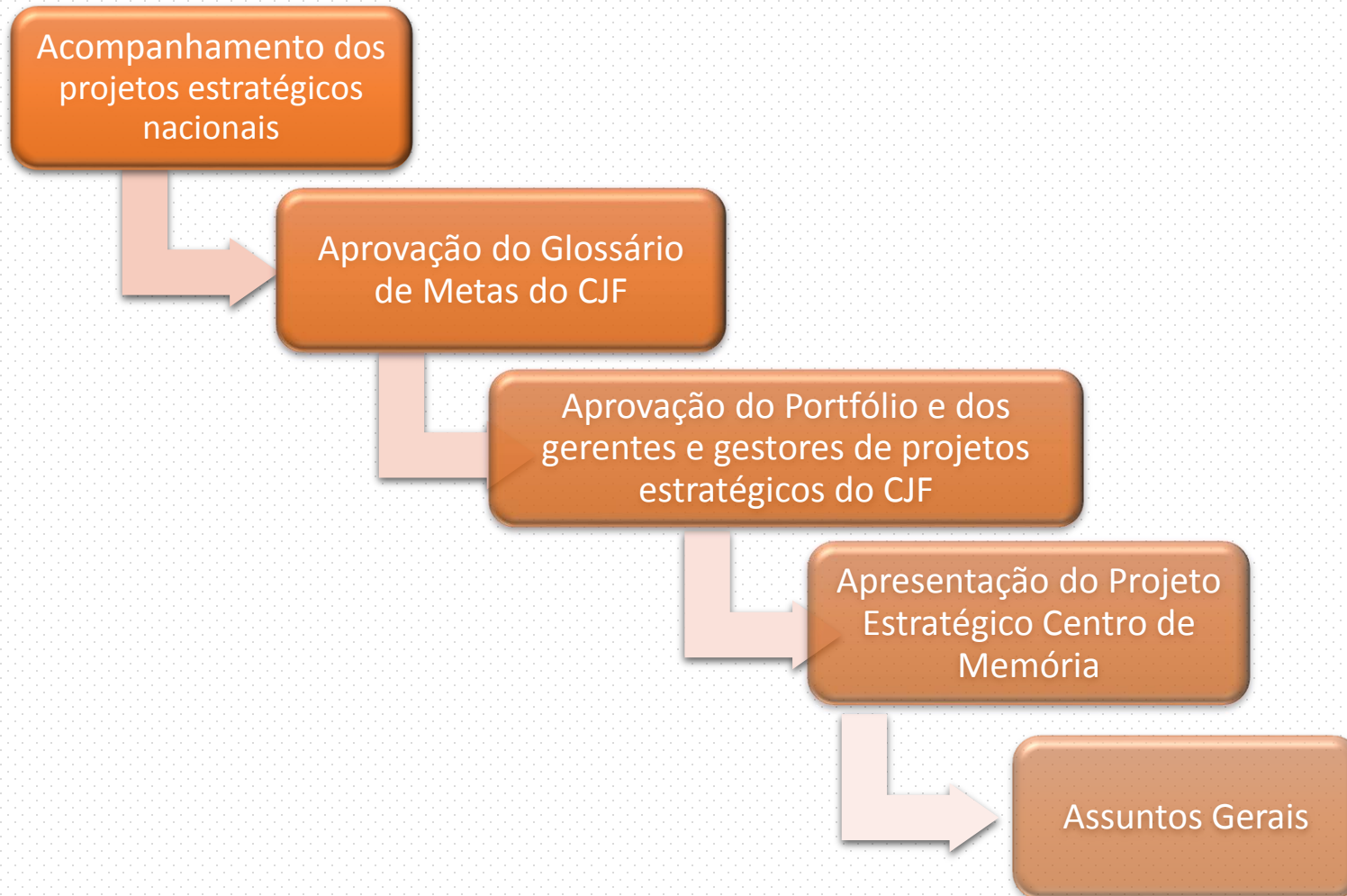


JUSTIÇA FEDERAL



19ª Reunião do CGI

12.06.2017



PAUTA



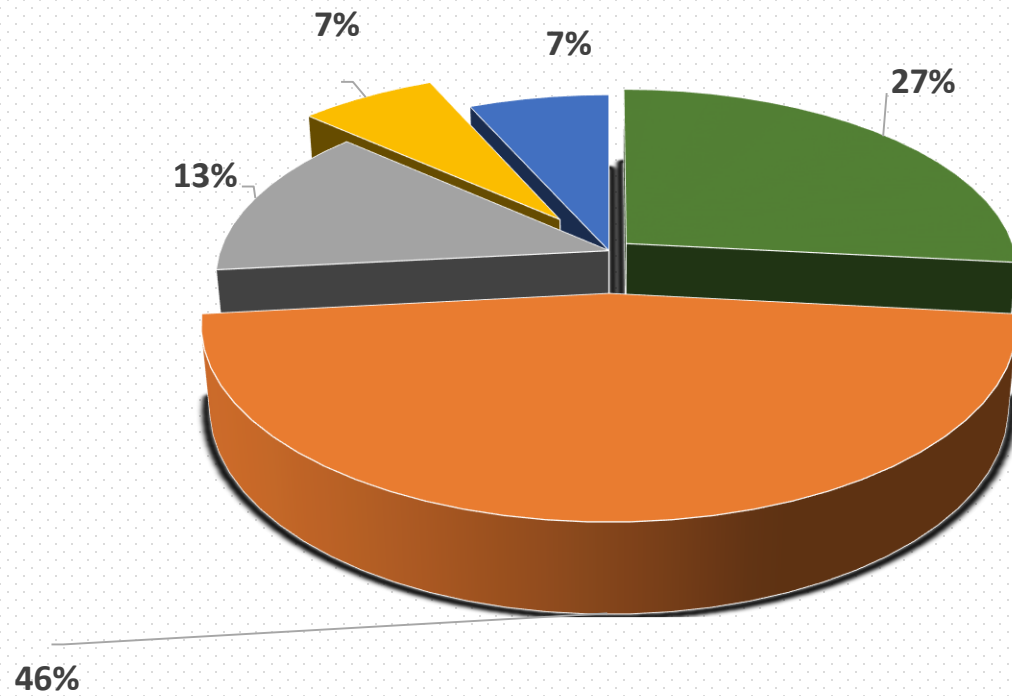
JUSTIÇA FEDERAL



Acompanhamento dos projetos estratégicos nacionais



Situação geral dos projetos estratégicos



■ Não iniciado ■ Em execução ■ Em estruturação ■ Suspenso ■ Concluído



Implantação dos Sistemas Eletrônicos de Gestão Integrados - SEGI

Gestor do Projeto: Ivan Gomes Bonifácio

Gerente do Projeto: Leonardo Ferreira de Oliveira

Progresso: 97%

Escopo:

- Levantamento das necessidades de informação;
- Definições operacionais;
- Criação de repositório;
- Regulamentação;
- Desenvolvimento de ambiente de publicação.

Últimas ações:

- ✓ Realização de interface com o projeto MNI;
- ✓ Definição de comunicação entre sistemas.

Próximas ações:

- ✓ Integração por Web service com os tribunais;
- ✓ Enceramento do projeto.



Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe

Gestor do Projeto: Dr. Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (TRF1)

Gerente do Projeto: Edimilson Cavalcante de Oliveira

Progresso: 51%

Escopo:

- Regulamentação do sistema processo judicial eletrônico único para o CJF e a Justiça Federal de primeiro e segundo graus;
- Formação de equipes para a implantação do PJe na Turma Nacional de Uniformização;
- Capacitação de magistrados, servidores e usuários finais para utilização do processo, no CJF;
- Implantação do PJe na TNU.

Última ação:

- ✓ Conclusão da implantação do PJe no 2º Grau da 5ª Região.



Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe

Próximas implantações:

1ª Região:

- ✓ Implantação da versão 2.0 do Processo Judicial Eletrônico - PJe, a ser concluída no 2º semestre de 2017;
- ✓ Integração com os sistemas legados da 1ª Região com o Processo Judicial Eletrônico - PJe, a ser concluída no 2º semestre de 2017;
- ✓ Integração do sistema AJG (Assistência Jurídica Gratuita) ao Processo Judicial Eletrônico - PJe, a ser concluída no 2º semestre de 2017;
- ✓ Digitalização dos processos físicos de 1º e 2º graus da 1ª Região para o Processo Judicial Eletrônico - PJe, sem previsão de conclusão.



Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe

Próximas implantações:

3ª Região:

- ✓ Seção Judiciária de São Paulo – Subseções Judiciárias de Assis, Ourinhos, Bauru, Lins, Jaú e Avaré;
- ✓ Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul – 7 (sete) Subseções Judiciárias em Mato Grosso do Sul, atingindo, assim, todas as subseções judiciárias da 3ª Região.

5ª Região:

- ✓ Para a conclusão do Projeto PJe, ou seja, tramitação integral dos processos no sistema, duas ações estão em andamento:
 - digitalização dos feitos físicos ainda em tramitação nos sistemas físicos (acervo residual);
 - planejamento da migração dos processos do sistema eletrônico do Juizado Especial para o PJe.



Carta de serviços

Gestor do Projeto: Cintia da Silveira Lima

Gerente do Projeto: Cintia da Silveira Lima

Estágio: não iniciado

Escopo:

- Definição de quais serviços comuns às instituições da Justiça Federal de primeiro e segundo graus estarão disponíveis na Carta de Serviços;
- Elaboração de Manual Explicativo sobre a Carta de Serviços;
- Disponibilização do Manual e da Carta de Serviços nos sites das instituições da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;
- Monitoramento da implantação da Carta de Serviços.

Próxima ação:

Será realizada reunião com os assessores de comunicação para definição dos próximos passos.



Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira se servidor da Justiça Federal

Gestor do Projeto: Sheila Campello Farias Gibaile

Gerente do Projeto: Aline Ribeiro de Mendonça

Progresso: 50%

Escopo:

1ª Fase:

- Identificar o índice de rotatividade de servidores nos órgãos do Sistema Justiça Federal;
- Identificar os fatores de rotatividade;
- Estabelecer quais seriam os níveis aceitáveis de rotatividade e compará-los com os dados coletados para identificar distorções significativas;



Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira se servidor da Justiça Federal

2ª Fase:

- Conhecer, na literatura, como são estruturadas as carreiras às quais incumbe o desempenho de funções essenciais do Estado;
- Identificar quais são as carreiras – no setor público - reconhecidamente atrativas, o que as diferenciam das demais seu índice de rotatividade;
- identificar as expectativas dos atuais servidores dos quadros de pessoal dos órgãos do sistema Justiça Federal em relação à carreira.

Últimas ações:

- ✓ Elaboração das minutas de instrumento de entrevista de atratividade para ingresso, de instrumento de entrevista de desligamento, e proposto índice de rotatividade, bem como norma regulamentadora de tais instrumentos;
- ✓ Aprovação no âmbito da SGP, aguardando apresentação à Diretoria-Geral para conhecimento.



Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira se servidor da Justiça Federal

Próximas ações:

- ✓ Submissão do material ao Sistema de RH para apreciação: instrumento de entrevista de atratividade para ingresso, instrumento de entrevista de desligamento e índice de rotatividade, bem como norma regulamentadora;
- ✓ Submissão da norma regulamentadora (Resolução) para aprovação do Conselho.

Proposta:

- ✓ Revisão e proposta de cancelamento da segunda etapa do projeto (análise de carreiras típicas de estado e identificação de carreiras atrativas para eventual proposta de nova carreira para a justiça federal) por extrapolar competência do CJF.



Novas demandas da JF: adequação da estrutura de cargos da área judiciária

Gestor do projeto: Sheila Campello Farias Gibaile

Gerente do projeto: Carlos Alberto Colombo

Estágio: Não iniciado

Escopo:

- Caracterizar o estágio de implantação/operacionalização do processo judicial eletrônico nas unidades da Justiça Federal;
- Definir a metodologia para a reunião de dados quantitativos e qualitativos que permitam a análise do impacto da implantação do processo judicial eletrônico no que pertine aos processos de trabalho, estrutura organizacional e perfis profissionais demandados;
- Apresentar, por regiões (considerando 1ª e 2ª instâncias), e consolidar a análise do impacto da implantação do processo judicial eletrônico;
- Definir atribuições e estrutura de cargos adequadas às demandas decorrentes do processo judicial eletrônico.

Proposta:

A SGP propõe o cancelamento do projeto.



Novas demandas da JF: adequação da estrutura de cargos da área judiciária

Justificativa para cancelamento:

O projeto foi idealizado para ser gerenciado por servidor do TRF da 4ª Região com *Know-How* no tema. O servidor não está mais lotado na área de gestão de pessoas e declarou-se não disponível para a iniciativa. Sugere-se o cancelamento do projeto, por falta de pessoal com expertise na temática e por necessidade de desenvolver outros projetos da área de gestão de pessoas com maior urgência e prioridade.



Uniformização de sistemas informatizados

Gestor do Projeto: André Ricardo Lapetina Chiaratto

Gerente do Projeto: André Ricardo Lapetina Chiaratto

Progresso: 100%

Escopo:

- Identificar iniciativas comuns de desenvolvimento de sistemas nos órgãos da JF;
- Submeter para avaliação do Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal - COGEST;
- Definir órgão responsável pela gestão do projeto;
- Definir grupo de trabalho que irá atuar no desenvolvimento da atividade;
- Acompanhamento das ações do grupo de trabalho responsável pelo desenvolvimento da atividade.

Últimas ações:

- ✓ Resolução CJF n. 442 de 02 de maio de 2017 - Institucionalização do Modelo de Gestão para sistemas nacionais;
- ✓ Aprovação dos sistemas nacionais PJe em 2012 e SGRH em 2015.





Contratações conjuntas na área de TI

Gestor do Projeto: André Ricardo Lapetina Chiaratto

Gerente do Projeto: André Ricardo Lapetina Chiaratto

Progresso: 35%

Escopo:

- Identificar, com o apoio do SIJUS, as aquisições comuns a partir do plano de contratação dos órgãos da JF;
- Submeter para aprovação do Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal - COGEST;
- Definir órgão responsável pela condução da contratação;
- Constituir equipe de planejamento da contratação e demais coparticipantes;
- Licitar e assinar contratos individuais com os órgãos partícipes.



Contratações conjuntas na área de TI

Últimas ações:

- ✓ Identificação de três aquisições a serem realizadas conjuntamente pelo CJF e TRFs;
- ✓ Elaboração de Documento de Oficialização de Demanda - DOD;
- ✓ Designação formalmente a equipe de planejamento da contratação;
- ✓ Elaboração de artefatos do Modelo de Contratação de Soluções de TI da Justiça Federal
- ✓ Realização de pesquisa de preço.

Próximas ações:
Identificar contratações conjuntas para 2018.



Nivelamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Gestor do Projeto: André Ricardo Lapetina Chiaratto
Gerente do Projeto: André Ricardo Lapetina Chiaratto
Progresso: 45%

Escopo:

- Fazer o levantamento da infraestrutura básica de infraestrutura de TI e estimar custo;
- Mapear a infraestrutura atual de TI, com a indicação de garantia;
- Elaborar plano de trabalho de atendimento aos critérios de nivelamento ao longo dos anos 2016 a 2020;
- Acompanhar as contratações visando o nivelamento;

Última ação:

- ✓ Atualização do plano de trabalho e cronograma 2017.

Próximas ações:

Revisão da PNITI-JF para evitar o micro gerenciamento nos órgãos e a vinculação com orçamento;



Projeto de pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal

Gestor do Projeto: Vânia Cardoso André de Moraes

Gerente do Projeto: Jaqueline Aparecida Correia de Mello

Progresso: 19%

Escopo:

- Criação do grupo de trabalho vinculado ao CEJ (5 juízes federais, servidores do CEJ/CJF e da SEG/CJF, representantes dos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes da Justiça Federal, sob a supervisão do juiz auxiliar e secretaria do CEJ; e Coordenação-Geral Ministro Diretor do CEJ)
- Coleta de dados dos processos em andamento da JF - levantar e compilar dados atualmente disponíveis em arquivos e em bancos de dados do Conselho Nacional de Justiça e da Justiça Federal sobre demandas repetitivas
- Mapeamento do fenômeno das demandas repetitivas e identificação de sua possível origem
- Análise dos resultados pelo grupo de trabalho, com auxílio de especialistas, se necessário



Projeto de pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal

- Análise dos resultados pelo grupo de trabalho, com auxílio de especialistas, se necessário
- Elaboração de notas técnicas com a proposição de medidas de intervenção nos âmbitos da legislação, da gestão e do exercício do Direito no Judiciário acerca das demandas repetitivas
- Validação da metodologia utilizada
- Institucionalização do núcleo de inteligência

Última ação:

- ✓ Reunião presencial com a definição dos dados da 1ª coleta para análise na próxima reunião em 29/6



Projeto de pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal

Próximas ações:

Para cada estudo de dados do fenômeno demandas repetitivas:

- ✓ Coleta de dados dos processos em andamento da JF - levantar e compilar dados atualmente disponíveis em arquivos e em bancos de dados do Conselho Nacional de Justiça e da Justiça Federal sobre demandas repetitivas;
- ✓ Mapeamento do fenômeno das demandas repetitivas e identificação de sua possível origem (coletas acima);
- ✓ Análise dos resultados pelo grupo de trabalho, com auxílio de especialistas, se necessário;
- ✓ Elaboração de notas técnicas com a proposição de medidas de intervenção.



Programa de Sustentabilidade

Gestor do Projeto: Misael Guerra Pessoa de Andrade
Gerente do Projeto: Luana de Carvalho de Almeida

Projeto não iniciado

Justificativa:

Houve mudança do gestor e do gerente do projeto, os novos componentes da equipe estão se apropriando das informações para documentar o projeto.

Próxima ação:
Elaboração do Plano do projeto



JUSTIÇA FEDERAL



Aprovação do Glossário de Metas do CJF



METAS ALTERADAS

Nº	Meta 2016	Meta 2017
1	Reduzir a taxa de congestionamento da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU, de 66% para 45%.	Reduzir a taxa de congestionamento da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU, de 56% para 45%, até dezembro de 2017
5	Dobrar, até 2020, o número de magistrados federais capacitados, em relação a 2014.	Aumentar em 60%, até 2020, o número de vagas de ações educacionais para magistrados federais, em relação a 2015.
6	Dobrar, até 2020, o número de atendimentos a magistrados pela Central de Atendimento ao Juiz Federal -CAJU, em relação a 2014.	Aumentar em 10%, até 2020, o número de atendimentos a magistrados pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU, em relação a 2016.
7	Reduzir em 10% as despesas com contratos do CJF.	Cumprir 100% das metas de redução de gastos do Plano de Logística Sustentável.
10	Acompanhar 100% dos processos de trabalho do CJF elencados pelo controle interno como críticos.	Acompanhar 100% dos processos de trabalho do CJF elencados pelo controle interno como críticos (aquisição de TI, aposentadoria, reforma e pensão, suprimimento de fundos).
11	Realizar, no mínimo, três auditorias constantes no plano anual de auditorias.	Realizar, no mínimo, 4 auditorias até dezembro de 2017, constantes no plano anual de auditorias.
12	Reduzir o tempo do trâmite dos processos administrativos e judiciais.	Manter o tempo ideal do trâmite dos processos administrativos.
13	Atingir em 2016, o índice mínimo de 0,69 no questionário IGov TI no CJF.	Atingir em 2018 e 2020, o índice mínimo de 0,71 e 0,73 no questionário IGovTI no CJF.
15	Aumentar em 10% o número de servidores capacitados a cada ano.	Capacitar 90% dos servidores do quadro efetivo do CJF em ações de capacitação.
17	Aumentar em 10%, o número de servidores da Justiça Federal capacitados a cada ano	Aumentar em 10%, até 2020, o número de vagas oferecidas para capacitação de servidores da Justiça Federal em relação a 2016.
18	Nova meta	Alcançar, até 2020, 95% de satisfação nas ações educacionais no item “aplicabilidade no trabalho” com nota igual ou acima de 8,0.
19	Nova meta	Alcançar, até 2020, 95% de satisfação com as ações educacionais no item “desempenho do participante” igual ou acima de 8,0.

Glossário de Metas 2017 Conselho da Justiça Federal



Nº Meta	Metas 2017
1	Reduzir a taxa de congestionamento da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU, de 56% para 45%, até dezembro de 2017
2	Atingir 75 pontos no diagnóstico de governança até 2020.
3	Promover pelo menos um evento anual de cada Sistema Organizacional.
4	Implantar pelo menos uma inovação por tema, anualmente, para a Justiça Federal.
5	Aumentar em 60%, até 2020, o número de vagas de ações educacionais para magistrados federais, em relação a 2015.
6	Aumentar em 10%, até 2020, o número de atendimentos a magistrados pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU, em relação a 2016.
7	Cumprir 100% das metas de redução de gastos do Plano de Logística Sustentável.
8	Manter os custos de 100% das obras da JF no valor referencial definido pelo CJF.
9	Realizar quatro fiscalizações técnicas de obras por ano.
10	Acompanhar 100% dos processos de trabalho do CJF elencados pelo controle interno como críticos (aquisição de TI, aposentadoria, reforma e pensão, suprimento de fundos).
11	Realizar, no mínimo, 4 auditorias até dezembro de 2017, constantes no plano anual de auditorias.
12	Manter o tempo ideal do trâmite dos processos administrativos.
13	Atingir em 2018 e 2020, o índice mínimo de 0,71 e 0,73 no questionário IGovTI no CJF.
14	Atingir, até 2019, 90% de satisfação dos usuários de TI.
15	Capacitar 90% dos servidores do quadro efetivo do CJF em ações de capacitação.
16	Capacitar 100% dos gestores do CJF indicados, no ano anterior, pela Secretaria de Gestão de Pessoas.
17	Aumentar em 10%, até 2020, o número de vagas oferecidas para capacitação de servidores da Justiça Federal em relação a 2016.
18	Alcançar, até 2020, 95% de satisfação nas ações educacionais no item “aplicabilidade no trabalho” com nota igual ou acima de 8,0.
19	Alcançar, até 2020, 95% de satisfação com as ações educacionais no item “desempenho do participante” igual ou acima de 8,0.



Aprovação do Portfólio e dos gerentes e gestores de projetos estratégicos do CJF



Anexo da Portaria

Mapa Estratégico

Missão:

Contribuir para a excelência dos serviços da Justiça Federal, por meio do aperfeiçoamento da governança e da supervisão administrativa e orçamentária

Visão:

Ser reconhecido como líder na promoção da efetividade da Justiça Federal

MAPA ESTRATÉGICO
CJF
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Valores

- ÉTICA
- RESPEITO À CIDADANIA E AO SER HUMANO
- RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
- TRANSPARÊNCIA
- QUALIDADE
- INOVAÇÃO

Justiça Federal

Efetividade

Uniformizar a Jurisprudência dos JEFs

Promover a melhoria da Governança da Justiça Federal

Processos Críticos do CJF

Inovação e Alinhamento Transorganizacional

Incrementar a interlocução com outros poderes e instituições

Liderar iniciativas de modernização da Justiça Federal

Contribuir para o desenvolvimento do potencial humano na Justiça Federal

Eficiência Operacional

Aperfeiçoar os sistemas de controles internos e a fiscalização da JF

Promover a racionalização nos gastos públicos

Buscar a celeridade do trâmite do processo administrativo e judicial

Aprendizado e Crescimento

Gestão da Tecnologia da Informação

Aperfeiçoar a governança de TI no CJF

Assegurar a efetividade dos serviços de TI para o CJF

Gestão de Pessoas

Desenvolver o potencial humano no CJF

Planejamento Estratégico

JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

ANEXO DA PORTARIA CJF-POR-2017/XXXXX
PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Objetivo	Projetos	Gerente	Gestor
Promover a melhoria na governança da Justiça Federal.	Governança no CJF.	Silvana Conceição Dias Soares	Silvana Conceição Dias Soares
Contribuir para o desenvolvimento do potencial humano na Justiça Federal.	Iluminares - Modelo de Gestão por Competência no Conselho da Justiça Federal	Surama de Jesus dos Reis Artiaga	Jaqueline Aparecida Correia de Mello
Promover a racionalização nos gastos públicos.	Acessibilidade dos edifícios da JF.	José Murilo Cruz Brito	Mônica Regina Ferreira Antunes
	Planejamento Estratégico de Edificações da JF.	Eva da Conceição Ferreira Brito	
	Sustentabilidade e eficiência energética.	Eva da Conceição Ferreira Brito	
	Custos de Obras na JF.	José Murilo Cruz Brito	
	Sinalização Universal.	Eva da Conceição Ferreira Brito	
	IPCJusJF	Leonardo Ferreira de Oliveira	
Indicador sintético de eficiência – ISEJF	Maria Selma Torres da Silva	Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	
Aperfeiçoar os sistemas de controles internos e a fiscalização da Justiça Federal.	Sistema informatizado de controle interno.	Debora Cristina Jardim Vaz	Debora Cristina Jardim Vaz
Buscar a celeridade do trâmite do processo administrativo e judicial.	Melhoria de processos críticos.	Magali Zilca de Oliveira Dantas	Edimilson Cavalcante de Oliveira
	Manual de orientação para instrução de processos.	Márcio Rodrigues Cerqueira	Cláudio Machado Pinto
	Alvará de Soltura eletrônico.	Kleb Amancio e Silva da Gama	Kleb Amancio e Silva da Gama
	Agendamento de Videoconferência da JF.	Kleb Amancio e Silva da Gama	Kleb Amancio e Silva da Gama
	Sistema de Inspeção da Corregedoria-Geral.	Renato de Oliveira Paes	Renato de Oliveira Paes
Aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação no Conselho da Justiça Federal.	Índice de Governança de TI (IGovTI).	André Ricardo Lapetina Chiaratto	André Ricardo Lapetina Chiaratto
	Processos de gerenciamento de serviços de TI.	Wilson Nogueira de Aquino Junior	Wilson Nogueira de Aquino Junior
	Processo de engenharia de software.	Marcelo Barreto de Arruda	Marcelo Barreto de Arruda
	Plano de Continuidade de Serviços de TI.	Wilson Nogueira de Aquino Junior	Wilson Nogueira de Aquino Junior
Assegurar a efetividade dos serviços de Tecnologia da Informação para o Conselho da Justiça Federal.	Satisfação dos usuários de TI do CJF.	Wilson Nogueira de Aquino Junior	Wilson Nogueira de Aquino Junior
Desenvolver o potencial humano no CJF.	Programa de Qualidade de Vida no CJF.	Leumaise Aparecida dos Santos	Leumaise Aparecida dos Santos



Efetividade

Promover a melhoria da Governança
da Justiça Federal

Projeto	Gerente	Gestor
Governança no CJF.	Silvana Conceição Dias Soares	Silvana Conceição Dias Soares



Inovação e Alinhamento Transorganizacional

Contribuir para o desenvolvimento do potencial humano na Justiça Federal

Projeto	Gerente	Gestor
Iluminares - Modelo de Gestão por Competência no Conselho da Justiça Federal.	Surama de Jesus dos Reis Artiaga	Jaqueline Aparecida Correia de Mello



JUSTIÇA FEDERAL



Eficiência Operacional

Promover a racionalização
nos gastos públicos

Projeto	Gerente	Gestor
Acessibilidade dos edifícios da JF.	José Murilo Cruz Brito	Mônica Regina Ferreira Antunes
Planejamento Estratégico de Edificações da JF.	Eva da Conceição Ferreira Brito	
Sustentabilidade e eficiência energética.		
Custos de Obras na JF	José Murilo Cruz Brito	
Sinalização Universal	Eva da Conceição Ferreira Brito	
IPCJusJF	Leonardo Ferreira de Oliveira	Leonardo Ferreira de Oliveira
Indicador sintético de eficiência – ISEJF	Maria Selma Torres da Silva	Gustavo Bicalho Ferreira da Silva



Eficiência Operacional

Aperfeiçoar os sistemas de controles internos e a fiscalização da JF

Projeto	Gerente	Gestor
Sistema informatizado de controle interno.	Debora Cristina Jardim Vaz	Debora Cristina Jardim Vaz



JUSTIÇA FEDERAL



Eficiência Operacional

Buscar a celeridade do
trâmite do processo
administrativo e judicial

Projeto	Gerente	Gestor
Melhoria de processos críticos.	Magali Zilca de Oliveira Dantas	Edimilson Cavalcante de Oliveira
Manual de orientação para instrução de processo	Márcio Rodrigues Cerqueira	Cláudio Machado Pinto
Alvará de Soltura eletrônico.	Kleb Amancio e Silva da Gama	Kleb Amancio e Silva da Gama
Agendamento de Videoconferência da JF.		
Sistema de Inspeção da Corregedoria-Geral	Renato de Oliveira Paes	Renato de Oliveira Paes



Gestão da Tecnologia da Informação

Aperfeiçoar a governança de TI no CJF

Projeto	Gerente	Gestor
Índice de Governança de TI (IGovTI).	André Ricardo Lapetina Chiaratto	André Ricardo Lapetina Chiaratto
Processos de gerenciamento de serviços de TI.	Wilson Nogueira de Aquino Junior	Wilson Nogueira de Aquino Junior
Processo de engenharia de software.	Marcelo Barreto de Arruda	Marcelo Barreto de Arruda
Plano de Continuidade de Serviços de TI.	Wilson Nogueira de Aquino Junior	Wilson Nogueira de Aquino Junior



Gestão da Tecnologia da Informação

Assegurar a efetividade dos serviços de TI para o CJF

Projeto	Gerente	Gestor
Satisfação dos usuários de TI do CJF.	Wilson Nogueira de Aquino Junior	Wilson Nogueira de Aquino Junior



Gestão de Pessoas

Desenvolver o potencial humano no CJF

Projeto	Gerente	Gestor
Programa de Qualidade de Vida no CJF.	Leumaise Aparecida dos Santos	Leumaise Aparecida dos Santos



JUSTIÇA FEDERAL



Apresentação do Projeto Estratégico Centro de Memória



Assuntos Gerais



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

Centro de Estudos Judiciários

Projeto MEMÓRIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



2017



Objetivo

- Organizar e disponibilizar a informação, preservar a memória do Conselho da Justiça Federal e como consequência manter preservada.
- Reter o conhecimento e o registro e disseminação de iniciativas e boas práticas, com vistas a uma melhor prestação administrativa e jurisdicional



Competência:

- Preservar e divulgar a documentação de valor permanente e peças museológicas;
- Contribuir para a reconstrução da História da Justiça Federal, da evolução do direito e do pensamento jurídico no Brasil, disponibilizando à sociedade acervo para consulta e pesquisa



Referência legal

- Recomendação CNJ n. 37/2011, recomenda normas de funcionamento do programa de gestão documental e memória do Poder Judiciário
- Resolução CJF n. 318/2014, que trata da gestão documental, Seção V, Da Memória Institucional



- **Perspectiva:** Aprendizado e Crescimento
- **Tema:** Gestão de Pessoas
- **Objetivo:** Desenvolver o potencial humano no CJF



Escopo

- Implantar:
 1. Centro de Memória Virtual do CJF
 2. Centro de Memória do CJF (físico)
 3. Gestão do Conhecimento



- Projeto página virtual – contrato existente Plone
- Seleção documentos, fotos e vídeos
- Preparação material
- Inserção do material



Centro de Memória (físico)



- Projeto arquitetônico
- Seleção documentos, fotos e vídeos
- Preparação material e espaço físico



Gestão do conhecimento

- Identificar e mapear as fontes de conhecimento tácitos e explícitos disponíveis nas unidades:
 - Servidores aposentados e prestes a se aposentar;
 - Servidores com mais de 10 anos nas unidades.
- Preparar documentos/manuais padronizados para coleta de informações
- Coletar informações/gravação de áudio e vídeo
- Inserir informações nas bases históricas

- **CEJ/CJF – gestão do projeto**
- **SAD/CJF – seleção dos documentos**
- **ASCOM/SG – filmagem, conversão fita**



- **Até início de 2018 (conclusão):**
 - Centro de Memória Virtual
 - Centro de Memória (físico) – 7/8/2017, 14h – evento de comemoração dos primeiros juízes empossados da JF,
- **Até início de 2019 (conclusão):**
 - Gestão do conhecimento